



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

LUZ NO FIM DO TÚNEL: APROXIMAÇÕES ENTRE O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO E A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Luiz Henrique Vieira da Silva - Doutorando em Ambiente e Sociedade pela Unicamp. Mestre em Sustentabilidade pela PUC-Campinas. Foi bolsista CAPES. vieiraluiz77@gmail.com

Samuel Carvalho De Benedicto - Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade da PUC-Campinas. samuel.benedicto@puc-campinas.edu.br

RESUMO

O contexto de emergência climática, cujas consequências são sensíveis em diversas partes do planeta, acende um alerta em toda a sociedade. Em contrapartida, a promulgação da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em confluência com a acentuação das práticas de sustentabilidade nas empresas, podem servir como ponto de partida para uma transformação sem precedentes, inclusive em estratégias para obtenção de energia limpa e renovável, contribuindo positivamente com a manutenção dos ecossistemas, reduzindo a emissão de gases causadores do efeito estufa e gerando oportunidades econômicas e de fomento à inovação. Sendo assim, por meio de uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo e delineamento bibliográfico e documental, este artigo lançou luz à possibilidade de uma sinergia entre o investimento social privado (ISP) e a capacidade de grandes empresas, fundações e institutos atuarem como pioneiros no estímulo à transição energética, ao lado de entes governamentais e organizações do terceiro setor. Os resultados apontam para um grande e praticamente inexplorado potencial de cooperação entre as ações empresariais de interesse público e a construção de iniciativas que potencializem o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos, conforme preconizado pelo ODS 7.

Palavras-chave: Transição energética, Agenda 2030, Desenvolvimento Sustentável, Emergência climática.

1. INTRODUÇÃO

Do início do Século XX até hoje, a Administração de Empresas passou por diversas transformações, agregou práticas e conhecimentos de outras áreas do saber e ampliou seu horizonte de atuação de maneira notável.

Muitas noções foram alteradas – e melhoradas – com o intuito de tornar as empresas mais próximas das realidades que as cercam, retirando delas o caráter meramente lucrativo e concentrador de renda. Por isso, atualmente, não relacionar a sustentabilidade ao contexto organizacional e à atuação empresarial tornou-se algo inconcebível.

Isso se tornou especialmente importante porque, da parte dos entes governamentais, as políticas públicas podem não atingir a totalidade da população, dada a inação do Estado em algumas situações. Diante disso, as empresas passaram a incorporar questões socioambientais às suas práticas de gestão, com a prerrogativa de beneficiar não apenas a si mesmas, mas a toda a sociedade.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

Ao promoverem políticas de inovação, logística reversa, economia circular, combate às mudanças climáticas, ações sociais, educacionais e de promoção da saúde, geração de emprego a jovens, idosos, pessoas em situação de vulnerabilidade, com pagamento justo de salários e concessão de benefícios sem distinção de gênero, cor da pele e opção sexual, as empresas contribuem para uma mudança de paradigmas.

A criação de fundações e institutos faz parte desse movimento evolutivo no setor privado, permitindo que pessoas sejam impactadas positivamente, tendo suas necessidades e aspirações atendidas por atores que, originalmente, não despenderiam atenção a causas alheias aos seus interesses diretos.

Esse processo de transformação foi seguido por uma série de tratados científicos e encontros globais na história recente que reuniram acadêmicos, autoridades políticas e representantes da sociedade civil para buscarem soluções para as mazelas que afligem a humanidade. Uma das mais atuais e significativas conferências aconteceu entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015, na sede da ONU em Nova Iorque: a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. No encontro, todos os países-membros da Organização definiram os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que consistem em 17 objetivos e 169 metas que deverão ser atingidos até o ano de 2030, como parte de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades;
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos;
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos;
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos;
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos;
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Os ícones oficiais dos ODS, traduzidos para a Língua Portuguesa, estão dispostos na Figura 1.

Figura 1 – Ícones oficiais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Nações Unidas no Brasil (2015).

Em 2020, o mundo entrou na “Década da Ação”, a fim de impulsionar a territorialização da Agenda 2030 e de seus objetivos e metas. A contagem regressiva para que o prazo estipulado seja atingido chegou a apenas dez anos. Por isso, ações que tenham os ODS como balizadores são cada vez mais desejadas, tanto pelos governos, quanto por empresas ou por organizações da sociedade civil.

Para este estudo, enfocou-se o ODS 7, que se determina a assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos, e sua relação com o investimento social privado (ISP). Tendo em vista a relação de interdependência entre a prosperidade das organizações e o bem do planeta e de seus habitantes, em meio à emergência climática e às profundas anomalias sociais que penalizam milhões de pessoas, o ISP desponta como uma solução, reunindo vantagens como a eficiência, a rápida alocação de recursos e elevada capacidade técnica, preenchendo o vácuo não ocupado pela administração pública na busca por alternativas para a obtenção de energia limpa.

Para abordar o problema e alcançar o objetivo proposto, fez-se uso de uma pesquisa exploratória, isto é, “de avaliação de uma situação concreta desconhecida” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 225), indicada para “[...] proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2008, p. 27). Seu caráter pode ser enquadrado como qualitativo, pois visa “[...] entender a lógica de processos e estruturas sociais, a partir de análises em profundidade de um ou poucos casos particulares” (CEBRAP,



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

2016, p. 8). Quanto à tipificação da pesquisa, ela se enquadra como bibliográfica, definida por Marconi e Lakatos (2003) como aquela que faz uso de documentação de natureza diversa e publicada em diferentes suportes.

2. SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES

Neste tópico, primeiramente foi exposto o histórico da sustentabilidade no contexto organizacional, pontuando as principais transformações pelas quais a administração passou até que a sustentabilidade se tornasse parte da empresa – e não mais estivesse a parte dela.

Elkington (2012, p. 107), afirma que o setor de negócios, representado por algumas empresas, está na vanguarda da sustentabilidade, ainda que, inicialmente, para muitos executivos o desenvolvimento sustentável era um conceito traiçoeiro, uma espécie de “cavalo de Troia” para conter o crescimento econômico de algumas companhias.

O autor do *Triple Bottom Line*, ou tripé da sustentabilidade, que destaca três dimensões da sustentabilidade organizacional – ambiental, social e econômica –, sugere que essa desconfiança desapareceu quando as práticas sustentáveis extrapolaram a boa relação das empresas com as comunidades em seus entornos e com o meio ambiente, passando a determinar a perenidade dos negócios, influenciando a identificação de consumidores com uma marca (PARK et al., 2010) e fortalecendo vínculos entre fornecedores, acionistas e as organizações, por exemplo (BARAIBAR-DIEZ; SOTORRIO, 2018).

Portanto, a aparente contradição entre sustentabilidade e o mundo corporativo cedeu lugar a uma evidente necessidade de que ambos caminhem juntos para a construção de uma sociedade igualitária e desenvolvida, bem como para a geração de oportunidades e de prosperidade, “no âmbito de uma economia descentralizada na qual os mercados desempenham papel decisivo, ainda que, evidentemente, não exclusivo” (ABRAMOVAY, 2012, p. 22), auxiliando, portanto, a formulação e a implementação de políticas públicas junto aos entes governamentais e às instituições do terceiro setor.

A bibliografia que relaciona a atuação empresarial à sustentabilidade e à interlocução com a sociedade civil é extensa e convincente, evidenciando que, tanto a resistência dos negócios, quanto a manutenção das condições necessárias para o pleno desabrochar da vida humana e das outras espécies que compõem a fauna e a flora do planeta, estão intimamente ligadas. De fato, se o mundo rumar no sentido contrário do desenvolvimento sustentável, criando guerras, miséria, alterando drasticamente o clima e descartando a inovação, a educação para todas as pessoas e a saúde universalizada, o próprio modelo capitalista de produção e consumo estaria comprometido.

Nesse sentido, o investimento social privado desponta como uma maneira inovadora de expandir a sustentabilidade organizacional, como descrito a seguir.

3. INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Milani Filho (2008, p. 92) afirma que o ISP é marcado pela “transferência voluntária de recursos de empresas privadas para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público”.

Nogueira e Schommer (2009, p. 1) pontuam que foi um “conceito criado por um grupo de executivos e líderes de empresas, fundações e institutos nos anos 1990 para designar uma forma de atuação social do setor privado, principalmente empresarial, que buscava se diferenciar de formas mais tradicionais de filantropia”.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

Os autores explicam que a difusão dessa prática se deu em torno de duas organizações sem fins lucrativos sediadas em São Paulo: o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS). Para a primeira, o investimento social privado é constituído pelo “repasso voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais, culturais e científicos de interesse público” (GIFE, 2020a, s. p.).

O Grupo ainda pontua que o ISP “pode ser alavancado por meio de incentivos fiscais concedidos pelo poder público e pela alocação de recursos não-financeiros e intangíveis” (GIFE, 2020, s. p.). Nogueira e Schommer (2009), no entanto, questionam se o investimento social feito com incentivos fiscais poderia ser considerado uma prática de ISP, tendo em vista que a origem dos recursos é notadamente voluntária.

Ainda assim, ao analisar o contexto da sustentabilidade organizacional em suas variadas dimensões, o investimento social privado irrompe como uma estratégia capaz de impactar coletivamente a vida das pessoas. Isso é ainda mais verdadeiro porque “o ISP tem enfatizado em suas estratégias o alinhamento às políticas públicas” (SANTOS; MENDONÇA, 2019), permitindo maior abrangência e durabilidade dessas ações.

Em um país profundamente desigual como o Brasil, que carece de políticas públicas destinadas a abrandar mazelas locais e solucionar problemas estruturais, essa potencialidade é incrementada, fazendo de articulações que envolvam o Estado, as empresas e as organizações da sociedade civil, algo especialmente necessário para garantir o bem-estar da população. Nisto, o investimento social privado desponta como grande facilitador, tendo em vista que, somente em 2018, totalizou o montante de 3,25 bilhões de reais investidos pelas organizações, algo superior até mesmo ao orçamento de alguns ministérios brasileiros, como evidenciado pelo Censo GIFE (2018, p. 18).

O documento também aponta que, no país, o investimento social privado tem sido direcionado especialmente à educação (61%) e à área de assistência, desenvolvimento social e combate à fome e à pobreza (24%), enquanto o repasse à ciência e tecnologia constitui apenas 19% do total, sendo que nas demais temáticas prevalece o apoio a projetos ou programas de terceiros (GIFE, 2018, p. 148). Não obstante, Saez e Silva (2019, p. 31) afirmam que “existe uma oportunidade para que o tema da diversidade no ISP seja mais amplamente incorporado pelos atores envolvidos na promoção desse setor e pela academia”. E reiteram: “não há somente uma grande diversidade nos formatos, nas estratégias e na estrutura do ISP brasileiro, mas há também um potencial para uma diversificação e ampliação ainda maior das estratégias adotadas pelo ISP como setor”.

Sugere-se, então, um diálogo entre o investimento social privado e a agenda global pelo desenvolvimento sustentável, algo que será explorado no próximo capítulo, com enfoque no ODS 7 e desdobramentos sensíveis nos ODS 9 e 13.

4. INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Pesquisas recentes, como a publicada no Quinto relatório IPCC AR5, evidenciam que o aquecimento global e suas conseqüentes alterações no clima da Terra já estão acontecendo e produzindo impactos. Quanto maior for o aquecimento, maiores serão as anomalias futuras e os riscos que a humanidade vai enfrentar (MARENGO; SOUZA JR., 2018).

Os autores afirmam que o desmatamento na Amazônia é o principal causador de danos ao clima, ao regime de chuvas e à emissão de gases de efeito estufa, algo que afeta milhões de



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

peças em todo o Brasil. De acordo com o Observatório do Clima (2018, s. p.), o total de CO₂ emitido na atmosfera no país ultrapassa a marca de 2 bilhões de toneladas por ano. Até o momento, o planeta já registra um aquecimento de 1,1°C em relação às médias de temperatura antes da Revolução Industrial (GIFE, 2020b, s. p.), sendo os impactos dessa elevação sensíveis em muitos lugares, abrangendo milhões de pessoas.

Contudo, nas médias e grandes cidades, o papel de vilão é exercido, em suma, pelos escapes de automóveis movidos por motor à combustão e pela poluição atmosférica gerada pela atividade produtiva. Por conseguinte, nos processos de obtenção e consumo de energia a emissão de gás carbônico também apresenta números preocupantes: em 2018, foram 209 milhões de toneladas lançadas pelo transporte, 66 milhões de toneladas pelas indústrias e 59 milhões de toneladas pela geração de eletricidade, considerando também as fontes renováveis não-hídricas (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2018, s. p.).

Assim, tendo em vista a reorientação da prática empresarial para a responsabilidade sociopolítica e socioambiental por meio de iniciativas como o investimento social privado e seu imensurável potencial transformador, em adição às ações protagonizadas pela sociedade civil, diretamente interessada em soluções que diminuam os gastos com obtenção de energia, ao passo que ampliem a possibilidade de um desenvolvimento que seja sustentável. O potencial existente nos repasses empresariais a iniciativas que busquem formas inovadoras e sustentáveis de obtenção de energia faz-se relevante, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas.

Relacionando o investimento social privado e o alívio das mudanças climáticas, o Quadro 1 listou como o ISP pode agir, mediante objetivos estabelecidos.

Quadro 1 – O que o investimento social privado pode fazer pela mitigação das mudanças climáticas

Etapa	Objetivos	O que o ISP pode fazer?
Incorporação do tema de mudanças climáticas de modo transversal às áreas de atuação já existentes	Compreender a importância e urgência das mudanças climáticas sobre áreas e grupos mais vulneráveis e sua conexão com outros campos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Incorporação do recorte climático à agenda de prioridades da organização. 2. Criação de linhas de financiamento específicas voltadas às mudanças climáticas dentro da estratégia de doações voluntárias. 3. Criação de área de mudanças climáticas para conexão com o tema central da organização.
Fomento a iniciativas inovadoras voltadas a questões climáticas	Reconhecer, induzir e impulsionar organizações e atores que já desenvolvem trabalhos relevantes na área de clima e que possam ser potencializados	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mapeamento e financiamento a projetos reconhecidamente exitosos. 2. Criação de fundos específicos voltados a projetos de enfrentamento às mudanças climáticas. 3. Apoio institucional a organizações que atuam na área socioambiental. 4. Fomento a empreendedores e negócios de impacto social voltados a questões climáticas e gestão do risco climático. 5. Apoio a organizações “meio” que fortaleçam iniciativas voltadas às questões climáticas. 6. Reconhecimento dos atores atuantes nos territórios e contribuição para o planejamento territorial sob a perspectiva climática.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

		7. Fomento e investimento em redes de organizações voltadas à mobilização e enfrentamento das mudanças climáticas.
Desenvolvimento e implementação de ferramentas financeiras	Desenvolver mecanismos de mercado que reconheçam o valor dos recursos naturais, favoreçam atividades econômicas sustentáveis e reduzam o risco do investimento	1. Fomento a estudos e à modelagem de mecanismos e instrumentos financeiros voltados a iniciativas de proteção ambiental. 2. Criação de grupos, redes ou fóruns voltados ao compartilhamento de riscos e aprendizados a partir da experimentação de novos mecanismos ou ferramentas.
Fomento a modelos sustentáveis de negócio	Influenciar o desenvolvimento de negócios sustentáveis que minimizem os impactos ambientais negativos em sua cadeia de produção ou que permitam a adaptação do público-alvo aos impactos da mudança do clima	1. Qualificação da cadeia produtiva das empresas mantenedoras dos institutos ou fundações. 2. Sensibilização e parcerias com outras organizações empresariais.
Produção e disseminação de conhecimento	Fomentar o desenvolvimento e comunicação de pesquisas voltadas às questões climáticas	1. Apoio financeiro para viabilização e ampliação de estudos. 2. Desenvolvimento de projetos de comunicação dos resultados de pesquisas. 3. Sistematização de experiências e aprendizados de iniciativas exitosas na área climática.
Mobilização para a causa climática	Gerar mobilização e engajamento na sociedade com as questões ambientais e climáticas, criando e difundindo uma agenda positiva e atrativa em relação ao tema	1. Desenvolvimento de estratégias de comunicação e engajamento em formato simples e inovador. 2. Desenvolvimento ou apoio a projetos com propostas educativas voltadas às questões climáticas.
<i>Advocacy</i> para questões climáticas	Influenciar a formulação de políticas regulatórias e a alocação de recursos públicos para questões climáticas	1. Desenvolvimento de iniciativas próprias de <i>advocacy</i> para a causa climática. 2. Apoio institucional e financeiro a organizações, movimentos sociais e fóruns de articulação que atuam com <i>advocacy</i> para questões climáticas. 3. Posicionamento político em rede.

Fonte: Adaptado de GIFE (2020b, s. p.).

Nesse rol de possibilidades de atuação, predominam as iniciativas voltadas para a educação das pessoas a respeito da emergência climática, o repasse voluntário para organizações empenhadas nessa causa e, sobretudo, a promoção de projetos, pesquisas e grupos de ação voltados à construção de mecanismos capazes de mitigar as mudanças climáticas.

Analisando a confluência entre essa pauta e a obtenção de energia limpa e sustentável, é possível encontrar na literatura fortes argumentos e inspirações para adaptar o Quadro 1 às energias renováveis e à eficiência energética.

Leal-Arcas (2019, p. 13), por exemplo, defende que a transição energética deve partir da sociedade, por meio de ONGs e cidadãos comuns, especialmente porque vivemos “em tempos em que ações multilaterais e exclusivamente de Estado para Estado são bem impopulares, enquanto os desafios globais estão simultaneamente aumentando e sendo cada vez mais entrelaçados”. Sabendo que o investimento social privado tem a prerrogativa de



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

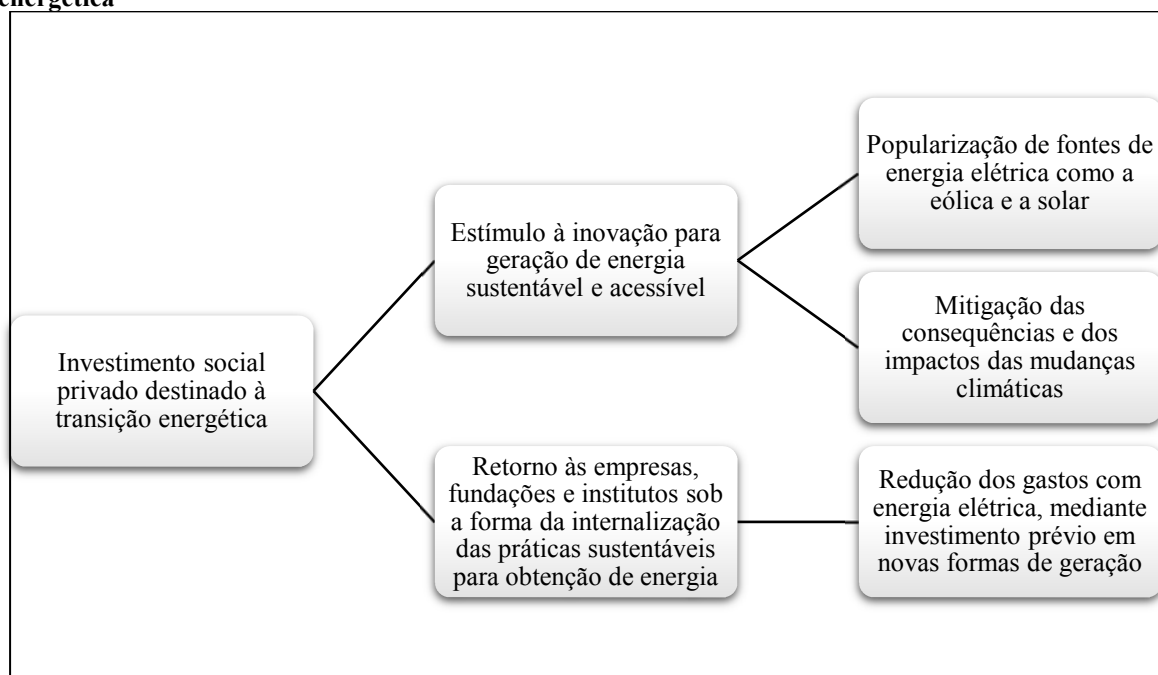
incentivar financeiramente organizações da sociedade civil que atuem em um determinado meio, a convergência entre o ISP e a energia sustentável torna-se ainda mais exequível.

Hillman, Axon e Morrissey (2018), por outro lado, apoiam a ideia de que a transição para uma economia de baixo carbono encontra terreno fértil no empreendedorismo social, explorando a possibilidade de um modelo “ganha-ganha-ganha”, colhendo bons resultados em todas as dimensões do *Triple Bottom Line*, já que os negócios sociais não partem da premissa de avidez pelo lucro e estão distantes da ineficiência da burocracia governamental, que muitas vezes inibe a execução de projetos que rompem com os modelos tradicionais, como as hidrelétricas e os combustíveis fósseis, no caso brasileiro.

De qualquer forma, a opção pela transição energética pode beneficiar as empresas, fundações e institutos que optarem por investir nessa causa: ao injetarem capital em projetos que tenham a prerrogativa de inovar, desenvolvendo formas sustentáveis e acessíveis de se obter energia elétrica, a internalização dessa prática pode abater consideravelmente os custos com energia, além de auxiliar a popularização das fontes renováveis e sustentáveis de eletricidade.

A Figura 2 dispõe uma esquematização visual da repercussão do ISP nesse sentido.

Figura 2 – Esquematização dos desdobramentos do investimento social privado na transição energética



Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos resultados da pesquisa.

Finalmente, ressalta-se que há um considerável número de projetos oriundos da sociedade civil espalhados pelo Brasil que buscam colocar em prática o ODS 7. Por meio do investimento social privado, a prosperidade dessas organizações seria alavancada, contribuindo para que o país assumira posição de destaque no cenário internacional em relação à energia limpa, aproveitando seu notório potencial para a energia eólica e a solar, por exemplo.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

Ainda assim, a fim de que a empreitada obtenha sucesso, vale lembrar que o apoio dos entes governamentais é imprescindível, atuando como propulsor desse novo modelo de geração de energia e favorecendo sua expansão a nível nacional. Para tanto, a pressão da sociedade civil e das organizações ligadas à filantropia pode ser um poderoso instrumento para garantir que a política energética brasileira não retroceda, guiando-a no caminho proposto pela agenda global pelo desenvolvimento sustentável, independentemente da ideologia político-partidária que estiver no poder.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a analisar como o investimento social privado pode contribuir com a construção de iniciativas que potencializem o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos, conforme preconizado pelo ODS 7.

Os resultados apontam para um praticamente inexplorado potencial de cooperação entre as ações empresariais de interesse público e a transição energética. Tendo em vista o vácuo deixado pelos governos no que se refere a esse assunto, o potencial financeiro das empresas, que apresentam cada vez mais responsabilidade socioambiental, e a diversidade de rumos que o investimento social privado pode tomar, os atores envolvidos são cada vez mais impelidos a adotarem estratégias que preconizem parcerias capazes de popularizar as novas tecnologias de obtenção de energia limpa, algo especialmente presente devido à emergência climática.

Além das ações ambientalmente responsáveis que as empresas e fundações devem colocar em prática, como base de seus planejamentos estratégicos, o repasse voluntário de quantias em dinheiro para iniciativas do terceiro setor que rumem no sentido da transição para uma economia de baixo carbono surgem no horizonte como um importante instrumento para alavancar a construção de sociedades com mais qualidade de vida e que reconheçam os limites físicos do planeta, também diminuindo consideravelmente os gastos com obtenção de energia elétrica.

Por fim, evidenciou-se que a parceria entre o setor privado, os entes governamentais e as organizações da sociedade civil, pode funcionar como um trampolim para a popularização de tecnológicas inovadoras na produção de energia, permitindo a transformação para uma economia de baixo carbono.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito além da Economia Verde**. São Paulo: Ed. Abril, 2012.

ANDRADE, Sergio. Uma nova geração do investimento social: arranjos institucionais para impacto coletivo. **Artigos GIFE**, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/uma-nova-geracao-do-investimento-social-arranjos-institucionais-para-impacto-coletivo>. Acesso em: 01 fev. 2020.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

BARAIBAR-DIEZ, Elisa; SOTORRIO, Ladislao Luna. O efeito mediador da transparência na relação entre responsabilidade social corporativa e reputação corporativa. **Revista Brasileira de Gestão e Negócios**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 5-21, Mar. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-48922018000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 fev. 2020.

CEBRAP. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc-CEBRAP, 2016.

ELKINGTON, John. **Sustentabilidade** – Canibais com garfo e faca. São Paulo: M. Books, 2012.

GIFE. **Censo Gife 2018**. São Paulo: Gife, 2018. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2018>. Acesso em: 03 fev. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed., São Paulo: Atlas, 2008.

GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS – GIFE. **Investimento Social Privado**. 2020a. Disponível em: <https://gife.org.br/investimento-social-privado/>. Acesso em: 31 jan. 2020.

GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS – GIFE. **Mudanças climáticas**. 2020b. Disponível em: https://isppor.gife.org.br/isp_tema/mudancas-climaticas/. Acesso em: 11 fev. 2020.

HILLMAN, Joanne; AXON, Stephen; MORRISSEY, John. Social enterprise as a potential niche innovation breakout for low carbon transition. **Energy Policy**, v. 117, p. 445-456, jun. 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S030142151830171X#f0010>. Acesso em: 03 fev. 2020.

IPCC. **IPCC Fifth Assessment Report (AR5): Climate Change 2014**. IPCC, 2014. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar5/syr/>. Acesso em: 01 fev. 2020.

LEAL-ARCAS, Rafael. Citizens at the Center of the Energy Transition: A New Governance Model. **Environmental Law and Economics**, p. 231-244, 2019. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3399302. Acesso em: 02 fev. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. Ed., São Paulo: Atlas, 2003.

MARENCO, José A.; SOUZA JR., Carlos. **Mudanças Climáticas: impactos e cenários para a Amazônia**. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/mudancas-climaticas-impactos-e-cenarios-para-a-amazonia>. Acesso em: 01 fev. 2020.

MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidência. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

19, n. 47, p. 89-101, ago. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772008000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jan. 2020.

NOGUEIRA, Fernando do A.; SCHOMMER, Paula Chies. Quinze Anos de Investimento Social Privado no Brasil: Conceito e Práticas em Construção. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 33., 2009, São Paulo. **Anais...**, São Paulo: ENANPAD, 2009. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/quinze-anos-de-investimento-social-privado-no-brasil-conceito-e-praticas-em-construcao>. Acesso em: 31 jan. 2020.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Emissões do Brasil caem 2,3% em 2017. **Observatório do Clima**, São Paulo, 21 nov. 2018. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/emissoes-brasil-caem-23-em-2017/>. Acesso em: 11 jan. 2020.

PARK, Whan; MACINNIS, Deborah; PRIESTER, Joseph; EISINGERICH, Andreas; IACOBUCCI, Dawn. Brand Attachment and Brand Attitude Strength: Conceptual and Empirical Differentiation of Two Critical Brand Equity Drivers. **Journal of Marketing**, v. 74, p. 1-17, 2010, nov. 2010. Disponível em: <http://www2.owen.vanderbilt.edu/dawn.iacobucci/articles/JM2010-brands-w-CW-Joe.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2020.

SAEZ, Erika Sanchez; SILVA, Graziela Santiago Belo da. **Investimento social privado: um campo cada vez mais diverso**. 2019. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9454/1/Bapi_20_Investimento%20Social%20Privado.pdf.

SANTOS, Beatriz Caroline Silvestre dos; MENDONÇA, Patricia. Percepções e experiências dos gestores públicos sobre o alinhamento do investimento social privado às políticas públicas. **Artigos GIFE**, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/percepcoes-e-experiencias-dos-gestores-publicos-sobre-o-alinhamento-do-investimento-social-privado-as-politicas-publicas>. Acesso em: 01 fev. 2020.